

Eólica Serra das Vacas VII S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Serra das Vacas VII S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Serra das Vacas VII S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Serra das Vacas VII S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

EÓLICA SERRA DAS VACAS VII S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	2020	2019	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2020	2019
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	29	815	Fornecedores		328	183
Títulos e valores mobiliários	5	4.867	1.292	Empréstimos e financiamentos	10	4.358	3.723
Contas a receber	6	1.553	1.511	Arrendamentos	11	12	10
Impostos e contribuições a recuperar		24	51	Dividendos a pagar		2.731	-
Outros ativos		<u>389</u>	<u>129</u>	Obrigações trabalhistas		23	19
Total dos ativos circulante		<u>6.862</u>	<u>3.798</u>	Obrigações tributárias		351	541
				Ações preferenciais resgatáveis	12	<u>17.489</u>	<u>19.490</u>
				Total do passivo circulantes		<u>25.292</u>	<u>23.966</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber	6	3.004	3.213	Empréstimos e financiamentos	10	80.414	79.886
Caixa restrito	7	271	164	Arrendamentos	11	913	899
Aplicações financeiras vinculadas	7	3.635	3.600	Outros passivos		<u>315</u>	<u>315</u>
Imobilizado	8	135.201	141.625	Total do passivo não circulantes		<u>81.642</u>	<u>81.100</u>
Intangível	9	<u>148</u>	<u>161</u>				
Total dos ativos não circulantes		142.259	148.762	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	14.1	42.988	42.988
				Reserva legal		-	775
				Lucros (prejuízos) acumulados		<u>(801)</u>	<u>3.731</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>42.187</u>	<u>47.494</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>149.121</u>	<u>152.560</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>149.121</u>	<u>152.560</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS VII S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quantidade de ações e valor da ação)

	Nota explicativa	2020	2019
RECEITA LÍQUIDA	15	17.370	19.780
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	16	(12.508)	(9.666)
LUCRO BRUTO		<u>4.862</u>	<u>10.114</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	17	(101)	(229)
LUCRO OPERACIONAL		<u>4.761</u>	<u>9.885</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	18	119	431
Despesas financeiras	18	<u>(6.020)</u>	<u>(7.257)</u>
		(5.901)	(6.826)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(1.140)</u>	<u>3.059</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	19	(436)	(663)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>(1.576)</u>	<u>2.396</u>
Número de ações ordinárias integralizadas - em milhares		<u>42.988</u>	<u>42.988</u>
Lucro líquido (prejuízo) por ação (em reais - R\$)	14.4	<u>(0,0367)</u>	<u>0,0557</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS VII S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(1.576)	2.396
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(1.576)</u>	<u>2.396</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS VII S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social integralizado					Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Capital subscrito	Reservas de capital	Ajuste para adequação às normas do CPC	Reserva legal	Reserva de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		43.242	21.190	(21.444)	655	5.531	-	49.174
Ações preferenciais resgatáveis	12	-	(1.954)	-	-	-	-	(1.954)
Ajuste para adequação às normas do CPC	12	-	-	1.954	-	-	-	1.954
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	2.396	2.396
Constituição de reserva legal		-	-	-	120	-	(120)	-
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(569)	(569)
Distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	(1.800)	(1.707)	(3.507)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		43.242	19.236	(19.490)	775	3.731	-	47.494
Ações preferenciais resgatáveis	12	-	2.001	-	-	-	-	2.001
Ajuste para adequação às normas do CPC	12	-	-	(2.001)	-	-	-	(2.001)
Distribuição de dividendos propostos		-	-	-	-	(3.731)	-	(3.731)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(1.576)	(1.576)
Compensação da reserva legal		-	-	-	(775)	-	775	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		43.242	21.237	(21.491)	-	-	(801)	42.187

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS VII S.A.DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(1.576)	2.396
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	16	6.639	6.553
Apropriação de juros sobre arrendamentos	11	97	20
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamento	10	5.877	7.083
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários	18	(119)	(431)
Variação de ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		167	(2.705)
Impostos e contribuições a recuperar		27	59
Outros ativos		(260)	539
Fornecedores		145	(206)
Obrigações trabalhistas		4	(2)
Obrigações tributárias		343	469
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	10	(3.009)	(6.844)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(533)	(622)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>7.802</u>	<u>6.309</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras vinculadas, caixa restrito e títulos e valores mobiliários		(3.598)	4.470
Aquisição de bens do ativo imobilizado/intangível	8	(176)	(1.730)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(3.774)</u>	<u>2.740</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos	14.3	(1.001)	(4.076)
Arrendamentos	11	(107)	(21)
Empréstimos financiamentos pagos - principal	10	(1.705)	(3.009)
Ações preferencias resgatáveis	12	(2.001)	(1.954)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(4.814)</u>	<u>(9.060)</u>
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(786)</u>	<u>(11)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo no início do exercício		815	826
Saldo no fim do exercício		29	815
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(786)</u>	<u>(11)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS VII S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Serra das Vacas VII S.A. (“Companhia”) é uma “Sociedade por Ações” de capital fechado, está sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.931, 4º andar, sala 8, Jardim Paulistano, CEP. 01452-910, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a geração e a comercialização de energia elétrica por fonte eólica.

Em 31 de dezembro de 2020, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$18.430 (R\$20.168 em 31 de dezembro de 2019). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes se refere às ações preferenciais resgatáveis e obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras. Embora não tenha vencimento definido, a Controladora poderá resgatar as ações preferenciais até 2030, de acordo com o fluxo de caixa projetado. Desta forma, (i) a Administração da Companhia entende que não haverá desembolsos relevantes durante o ano de 2020; e (ii) com relação à dívida do BNDES, a mesma corresponde à totalidade dos saldos vencidos próximos 12 meses, enquanto que o saldo de contas a receber refletem apenas parte da receita gerada no mês, advinda da venda de energia. A expectativa da Administração é que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia.

2. CAPACIDADE DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

2.1. A Companhia tem seu parque eólico instalado no município de Paranatama, Estado de Pernambuco e operou em fase de testes até novembro de 2017 e em dezembro de 2017, a Companhia iniciou suas atividades comerciais.

2.2. Contrato de autorização

Através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº 127, de 16 de abril de 2015, foi autorizada a estabelecer-se como produtora Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3. Comercialização de energia

A Companhia, participou do 6º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizado em 31 de outubro 2014, conforme o Edital de Leilão nº 08/2014-ANEEL. Em 21 de julho de 2015, A Companhia assinou Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade disponibilidade de energia elétrica. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1º de outubro de 2017. A Companhia ofertou, em 1º de dezembro de 2017, o total de seus volumes de geração de energia elétrica ao contrato de energia elétrica.

2.4. Riscos das operações

a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível; e (b) provisão para recuperação dos ativos. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (real - R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.3. Instrumentos financeiros - ativos

(a) Classificação

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado; (ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros.

(i) Custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

(b) "Impairment" de ativos financeiros

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foi constituída provisão para riscos de crédito.

3.4. Instrumentos financeiros - passivos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os principais passivos financeiros da Companhia são representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e ações preferenciais resgatáveis, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos CERs são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no âmbito do mercado regulado e não regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

3.6. Estimativa para provisão de perdas esperadas

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer n cobrança destes créditos.

A estimativa para provisão para perdas esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos seus ativos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

a) Provisão para desmobilização

A Companhia possui a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais relacionadas aos arrendamentos dos terrenos onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão representa a melhor estimativa de desembolso futuro, por se tratar de obrigações de longo prazo, sendo mensurada ao seu valor justo devendo ser revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.9. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.10. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos dos empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12. Reconhecimento de receita

a) Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando há a transferência do controle para o comprador.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

3.13. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41- Resultado por Ação.

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam vir a ser conversíveis em ações e que possam representar diluição do lucro por ação. Conseqüentemente, o lucro básico por ação não difere do lucro diluído por ação.

3.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.15. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

As novas normas ou alterações de normas e interpretações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia serão efetivas conforme descritas abaixo:

- a) Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16—Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 – expediente prático

A Administração avaliou o expediente prático emitido pelo IASB em maio de 2020 e concluiu que não há impactos nas demonstrações financeiras.

3.16. Normas novas e revisadas ainda não aplicáveis

As novas normas ou alterações de normas e interpretações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia serão efetivas conforme descritas abaixo:

<u>Novas Normas, alterações e interpretações</u>	<u>Vigência a partir de</u>
Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (i)	Data não definida pelo IASB
Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (ii)	1º de janeiro de 2023

(i) Alteração da estrutura conceitual

As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB. A Administração está em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção da referida norma.

(ii) Revisão de outras normas

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Administração está em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção da referida norma.

3.17 Reclassificação dos valores correspondentes

Em 31 de dezembro de 2020, com o objetivo de melhor refletir as movimentações das demonstrações do fluxo de caixa, a Administração da Companhia reclassificou os resgates das ações preferenciais entre os grupos de atividades de investimentos e financiamentos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Depósitos bancários	<u>29</u>	<u>815</u>

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aplicações financeiras (*)	<u>4.867</u>	<u>1.292</u>

(*) Refere-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os rendimentos médios foram de 89.56% do CDI (97.36% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2019).

6. CONTAS A RECEBER

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecimento contratual de energia - CER (a)	1.553	1.511
Conta de ajuste contratual (quadriênio) de energia - CER (b)	<u>3.004</u>	<u>3.213</u>
	<u>4.557</u>	<u>4.724</u>
Circulante	1.553	1.511
Não circulante	<u>3.004</u>	<u>3.213</u>
	<u>4.557</u>	<u>4.724</u>

(a) Saldo referente contratos de energia de reserva.

(b) Saldo referente superávit de geração contratual anual e acumulado (quadriênio) do contrato de Comercialização de Energia de Reserva - CER.

7. CAIXA RESTRITO E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

(a) Caixa restrito

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Depósitos bancários	<u>271</u>	<u>164</u>

(b) Aplicações financeiras vinculadas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fundo Bradesco H Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Longo Prazo	<u>3.635</u>	<u>3.600</u>

Referem-se a aplicações no Bradesco H FI RF Referenciado DI longo prazo cuja carteira é composta de aproximadamente 68% de suas operações atreladas a títulos públicos federais e 32% em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os rendimentos médios foram de 55,94% do CDI (87,93% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

Os itens (a) e (b), referentes a caixa restrito e as aplicações financeiras vinculadas, são mantidos no ativo não circulante como forma de garantia, e vinculados ao financiamento obtido junto ao BNDES mencionado na nota explicativa nº 10.

8. IMOBILIZADO

a) Imobilizado em curso

	<u>Material em depósito</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.049	2.049
Aquisições	1.655	1.655
Transferências	<u>(2.049)</u>	<u>(2.049)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.655	1.655
Aquisições	176	176
Transferências	<u>(232)</u>	<u>(232)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>1.599</u>	<u>1.599</u>

b) Imobilizado em serviço

	<u>Terreno</u>	<u>Edificações, obras civis e benfeitorias</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Moveis e utensílios</u>	<u>Direito de uso</u>	<u>Provisão para Desmobilização</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	543	12.072	130.627	7	-	-	143.249
Arrendamentos	-	-	-	-	910	-	910
Transferências	-	-	2.049	-	-	-	2.049
Provisão para desmobilização (*)	-	-	-	-	-	315	315
Depreciações	-	<u>(422)</u>	<u>(6.105)</u>	-	<u>(7)</u>	<u>(19)</u>	<u>(6.553)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	543	11.650	126.571	7	903	296	139.970
Transferência	-	-	232	-	-	-	232
Arrendamentos	-	-	-	-	26	-	26
Depreciações	-	<u>(423)</u>	<u>(6.156)</u>	<u>(1)</u>	<u>(37)</u>	<u>(9)</u>	<u>(6.626)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>543</u>	<u>11.227</u>	<u>120.647</u>	<u>6</u>	<u>892</u>	<u>287</u>	<u>133.602</u>
Segregado em:							
Custo	543	12.495	139.506	7	937	315	153.803
Depreciação acumulada	-	<u>(1.268)</u>	<u>(18.859)</u>	<u>(1)</u>	<u>(45)</u>	<u>(28)</u>	<u>(20.201)</u>
	<u>543</u>	<u>11.227</u>	<u>120.647</u>	<u>6</u>	<u>892</u>	<u>287</u>	<u>133.602</u>
Total do ativo imobilizado em 31 de dezembro 2020							<u>135.201</u>
Total do ativo imobilizado em 31 de dezembro 2019							<u>141.625</u>

(*) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração, devendo ser revisada periodicamente. A provisão foi reconhecida no ativo imobilizado em contrapartida de outros passivos no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis.

9. INTANGÍVEL

	<u>Servidões</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	74	12	86
Aquisição	-	75	75
Saldos em 31 de dezembro de 2019	74	87	161
Depreciação	-	(13)	(13)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>74</u>	<u>74</u>	<u>148</u>
Segregado em:			
Custo	74	87	161
Depreciação	-	(13)	(13)
Total	<u>74</u>	<u>74</u>	<u>148</u>

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia captou um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados à Companhia têm como data final de amortização em 15 de março de 2034.

No contrato de financiamento há cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, não financeiros (qualitativos e geração de caixa), calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de abril de 2018 a 15 de março de 2034. O principal é atualizado por TJLP + 2,46% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

As garantias dadas ao referido contrato são ações da Eólica Serra das Vacas VII S.A., cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

A Companhia tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial, apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

Por fim, note-se que o financiamento em questão prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida - ICSD de 1,20, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, essas cláusulas foram atendidas, e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

A Controladora, Eólica Serra das Vacas Holding II S.A., atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

Em dezembro de 2019, a companhia obteve o “completion” financeiro nos termos da cláusula décima do contrato de financiamento e recebeu a liberação da carta de fiança bancária, conforme *caput* da cláusula décima e parágrafo segundo e terceiro da cláusula décima oitava do contrato de financiamento.

Em junho de 2020, a Companhia fez o pleito ao Plano de Ação Emergencial do Covid-19 do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento, denominado “Stand Still”, cujo deferimento ocorreu em 7 de julho de 2020. O “Stand Still” foi criado com intenção de mitigar os efeitos da pandemia do Covid-19 no Brasil, o qual consiste na suspensão dos pagamentos (principal e juros), por um período de seis meses. Nesse período, os montantes de principal e juros postergados serão capitalizados ao saldo devedor do contrato.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Principal e juros incorridos	<u>84.772</u>	<u>83.609</u>
Segregado entre:		
Circulante	4.358	3.723
Não circulante	<u>80.414</u>	<u>79.886</u>
	<u>84.772</u>	<u>83.609</u>

As parcelas de principal a vencer a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>R\$</u>
2022	4.401
2023	4.703
2024	5.025
2025	5.369
2026 – 2030	32.892
2031 – 2034	<u>28.024</u>
	<u>80.414</u>

a) A movimentação do exercício é conforme segue:

	<u>R\$</u>
Saldo em 31 de dezembro 2018	86.379
Juros incorridos	7.083
Amortização de principal	(3.009)
Amortização de juros	<u>(6.844)</u>
Saldo em 31 de dezembro 2019	<u>83.609</u>

	<u>R\$</u>
Juros incorridos	5.877
Amortização de principal	(1.705)
Amortização de juros	<u>(3.009)</u>
Saldo em 31 de dezembro 2020	<u><u>84.772</u></u>

11. ARRENDAMENTO

A Companhia possui contratos de locação de terras. Esses contratos são classificados como arrendamentos, conforme previsto no CPC 06 (R2) e, seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

<u>Mais de 5 anos</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Total dos Contratos	2.613	2.646
Encargos financeiros futuros	<u>(1.688)</u>	<u>(1.737)</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u><u>925</u></u>	<u><u>909</u></u>
Circulante	12	10
Não circulante	<u>913</u>	<u>899</u>
	<u><u>925</u></u>	<u><u>909</u></u>

A movimentação do exercício é conforme segue:

<u>Arrendamentos</u>	
Adoção em 1º de janeiro de 2019	901
Adição de novos contratos e atualização monetária	9
Apropriação de juros	20
Amortizações	<u>(21)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	909
Atualização monetária	26
Apropriação de juros	97
Amortizações	<u>(107)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>925</u></u>

O direito de uso sobre os contratos firmados está registrado na rubrica de "Imobilizado", conforme nota explicativa nº 8.

12. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.	<u>17.489</u>	<u>19.490</u>

Em 30 de novembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$24.000.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2030 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 5.480.319. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	<u>Valor de emissão por ação</u>	<u>Valor capitalizado por ação</u>	<u>Valor de reserva de capital por ação</u>
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. - R\$	3,1784	0,0336	3,1448

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$254, e parte como reserva de capital no montante de R\$17.235. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Devido à falta de previsão específica na legislação societária para refletir os requisitos previstos no CPC, a Companhia criou uma conta específica no Patrimônio Líquido, denominada ajuste para adequação às normas do CPC, com o objetivo de apenas refletir os efeitos deste ajuste. Portanto, o valor total de emissão deduzido dos desembolsos realizados até 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$17.489, foi registrado como passivo circulante da Companhia, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

	<u>Ações preferenciais resgatadas</u>		<u>Legislação societária</u>	
	<u>Quantidade</u>	<u>Valor de emissão</u>	<u>Capitalizadas</u>	<u>Reserva de capital</u>
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.	5.480.319	17.489	254	17.235

	<u>2019</u>			
	<u>Reserva de capital</u>			
<u>Ações preferenciais resgatáveis</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Valor resgatado</u>	<u>Total reserva</u>	<u>31/12/2019</u>
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.	<u>254</u>	<u>21.190</u>	<u>(1.954)</u>	<u>19.236</u>
				<u>19.490</u>
	<u>2020</u>			
	<u>Reserva de capital</u>			
<u>Ações preferenciais resgatáveis</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Valor resgatado</u>	<u>Total reserva</u>	<u>31/12/2020</u>
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.	<u>254</u>	<u>19.236</u>	<u>(2.001)</u>	<u>17.235</u>
				<u>17.489</u>

13. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos assessores legais, determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de Dezembro de 2020, a Companhia não possuía processos judiciais avaliados como risco de perda provável e ainda como risco de perda possível, para os quais fosse necessária a sua divulgação.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado é no montante de R\$42.988, dividido em: (i) 42.987.600 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 5.480.319 ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	<u>Capital Subscrito</u>	<u>Capital Integralizado</u>	<u>Ações Preferenciais Resgatáveis</u>	<u>Total do Capital Integralizado</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.	<u>42.988</u>	<u>42.988</u>	<u>254</u>	<u>43.242</u>	<u>48.467.919</u>	<u>100%</u>

14.2. Reserva legal

Constituída com 5% do lucro do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

14.3. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, ou baseado no percentual deliberado em assembleia ordinária.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia deliberou a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$3.731(R\$3.507 em 31 de dezembro de 2019).

14.4. Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido (prejuízo) do exercício aos montantes utilizados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.576)	2.396
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	<u>42.987.600</u>	<u>42.987.600</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,0367)</u>	<u>0,0557</u>

15. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Suprimento de energia elétrica - auferido no mercado Livre - MCP	-	80
Suprimento de energia elétrica - energia de reserva – CER	18.249	17.701
Sobras e déficit da obrigação contratual CER	<u>(209)</u>	<u>2.728</u>
Total receita bruta	<u>18.040</u>	<u>20.509</u>
(-) Deduções:		
PIS e COFINS	(592)	(652)
Taxa de fiscalização da ANEEL	<u>(78)</u>	<u>(77)</u>
Total deduções	<u>(670)</u>	<u>(729)</u>
Total da receita líquida	<u><u>17.370</u></u>	<u><u>19.780</u></u>

16. CUSTO E DESPESAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Depreciação e amortização	(6.639)	(6.553)
Despesa com pessoal	(1.415)	(457)
Serviços de terceiros	(2.149)	(1.344)
Arrendamentos	(30)	(131)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(970)	(811)
Material	(1.194)	(225)
Outros	(111)	(145)
	<u>(12.508)</u>	<u>(9.666)</u>

17. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Serviços de terceiros	(104)	(229)
Outras Despesas	(4)	-
Outras receitas	<u>7</u>	<u>-</u>
	<u><u>(101)</u></u>	<u><u>(229)</u></u>

18. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas financeiras:		
Títulos e valores mobiliários	<u>119</u>	<u>431</u>

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(5.877)	(7.083)
Comissões e “waiver fee”	(2)	-
Outras despesas	(141)	(174)
	<u>(6.020)</u>	<u>(7.257)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(5.901)</u>	<u>(6.826)</u>

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos, debitados ao resultado do exercício nas demonstrações financeiras, está apresentada a seguir:

	<u>2020</u>		<u>2018</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Receita bruta	<u>18.249</u>	<u>18.249</u>	<u>20.509</u>	<u>20.509</u>
Alíquota de presunção	<u>8%</u>	<u>12%</u>	<u>8%</u>	<u>12%</u>
Lucro presumido	1.460	2.190	1.641	2.461
Receitas financeiras	119	119	431	431
Outras receitas	<u>7</u>	<u>7</u>	-	-
Base de cálculo	1.586	2.316	2.072	2.892
Alíquota	<u>15%</u>	<u>9%</u>	<u>15%</u>	<u>9%</u>
Subtotal	(238)	(208)	(311)	(260)
Adicional de IRPJ	<u>10</u>	-	<u>(92)</u>	-
Despesas com IRPJ e CSLL	<u>(228)</u>	<u>(208)</u>	<u>(403)</u>	<u>(260)</u>
		<u>(436)</u>		<u>(663)</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os principais instrumentos financeiros referem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras vinculadas, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza dos saldos, as condições e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de mercado. Os valores contábeis já estão divulgados nas demais notas explicativas referentes a esses instrumentos financeiros.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Classificação	2020	2019
ATIVOS			
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio do resultado	29	815
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	4.867	1.292
Contas a receber	Custo amortizado	4.557	4.724
Caixa restrito	Custo amortizado	271	164
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	3.635	3.600
PASSIVOS			
Fornecedores	Custo amortizado	328	183
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	84.772	83.609
Ações preferenciais resgatáveis	Custo amortizado	17.489	19.490
Outros passivos	Custo amortizado	315	315
Arrendamentos	Custo amortizado	925	909

b) Valor justo

Não existem divergências significativas entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

e) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

f) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

g) Análise de sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- TJLP: 4,55%.
- CDI - acumulado últimos 12 meses: 2,75%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

	2020	Índice ao ano	Cenários		
			Provável	25%	50%
Aplicações financeiras vinculadas	3.635	CDI	100	125	150
Títulos e valores mobiliários	4.867	CDI	134	167	201
Empréstimos e financiamentos	(84.772)	TJLP + 2,46%	(5.943)	(7.428)	(8.914)
	<u>(76.270)</u>		<u>(5.709)</u>	<u>(7.136)</u>	<u>(8.563)</u>

h) Risco de capitalização

	2020	2019
Dívida de empréstimos, financiamentos	84.772	83.609
(-) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valor mobiliário e aplicações financeiras vinculadas	(8.802)	(5.871)
Dívida líquida	<u>75.970</u>	<u>77.738</u>
Patrimônio líquido	<u>42.187</u>	<u>46.504</u>
Relação dívida líquida e patrimônio líquido - %	180%	167%

21. COMPROMISSOS

- a) A Companhia mantém compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores - O&M, no montante de aproximadamente R\$800 ao ano, com vencimento em 2030, ao qual possui reajuste anual pelo IPCA.

22. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2020, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Atualização dos contratos /Adoção Inicial – arrendamentos/imobilizado	13	910
Provisão para desmobilização – outros passivos/imobilizado	-	315

23. SEGUROS

A Companhia, por meio de sua Controladora possui apólices de seguros, cujas coberturas são:

Objeto	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	10.000	19/12/2020	19/12/2021	Controladora e controladas
Riscos operacionais - Parque eólico das investidas	279.328	19/12/2020	19/12/2021	Controladas

24. COVID-19

No final de 2019 os casos de coronavírus (“COVID-19”) foram reportados mundialmente e desde então se multiplicaram, com relatos de fatalidade, por diversos países.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde, declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto, mas imagina-se que seja significativo.

Ato contínuo, o Governo Federal estabeleceu que alguns serviços essenciais não poderiam paralisar suas operações durante o período de crise e isolamento social provocado pela pandemia, dentre estes estão enquadrados o setor de energia elétrica e, por consequência, as empresas geradoras de energia. Desta forma, a Companhia e suas subsidiárias continuam operando normalmente, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

A Administração da Companhia, mediante gerenciamento de risco, avaliou os potenciais impactos do COVID-19 em suas operações, e:

- Não houve impacto na geração de energia no período e não há expectativa de impacto futuro.

- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia e suas controladas.
- Não houve aumento relevante em relação à inadimplência dos clientes.
- Durante as operações do exercício de 2020, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos que requeiram ajustes ou divulgações nessas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, um dos valores fundamentais da Companhia é a segurança. Dessa forma, estamos adotando todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde. As principais medidas já adotadas pela Companhia são:

- Implementação do “home office” para o “backoffice”.
- Distanciamento de pessoal ligado à operação.
- Escalas alternadas e utilização de cuidados higiênicos.
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem “impairment” de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas informações financeiras intermediárias encerradas em 31 de dezembro de 2020. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 17 de março de 2021.
